

## A CIDADE SEMPRE TEVE DONO: PARADIGMAS PARA USO E OCUPAÇÃO TERRITORIAIS

Adriana Dantas Nogueira<sup>10</sup>

### RESUMO

Este artigo pretende enfocar o tipo de uso e ocupação territorial, considerando a formação das cidades e de como o homem criou e continua criando sua própria territorialização ao longo de sua história. Os exemplos citados englobam desde a Antiguidade, com as cidades mesopotâmicas e egípcias, romanas e gregas, passando pelo período da Idade Média, Renascimento e Barroco. Desde o início, as cidades vão formando seus paradigmas, com definições precisas de localização para certas funções essenciais para sua sobrevivência, seja no aspecto econômico, social, de poder, ou ambiental. O texto permeia cidades do mundo de maneira geral, envolvendo exemplos que respondem aos paradigmas citados. A Revolução Industrial criou novas necessidades e novas relações sociais, a partir daí surgiram novos paradigmas, denominados de higienista e do embelezamento, assim como vieram o modernista, o conservacionista e o pós-modernista, todos são identificados a partir da descrição de condições e situações urbanas referentes ao uso e ocupação territorial, fornecendo exemplos, inclusive, de cidades brasileiras. Sem nenhuma intenção de incorrer em anacronismo temporal, o que se busca é o olhar voltado à formação urbana envolvendo características bem específicas de como o homem lidou com suas deficiências e invenções.

**Palavras chave:** territorialidade, cidades, paradigmas urbanos.

### THE CITY ALWAYS HAD OWNER: PARADIGMS FOR TERRITORIAL USE AND OCCUPATION

### ABSTRACT

This paper approaches a kind of territorial use and occupation, regarding to origin of cities around the world and it looks for to know how man created and how he is still creating his own territoriality along his history. Examples involve since Antiquity period, as

---

<sup>10</sup> Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal de Sergipe

Egyptian, Roman and Greek cities, through Media Age, Renascence and Barroc periods. Since the beginning, cities are growing and creating their paradigms, with precise definitions of localization about economic, social, powerful and environment conditions and necessities. This text is about cities in general, dealing with them which can represent some kind of paradigms. Industrial Revolution has originated new paradigms, because it involved new necessities and new social relationships. After that, it can be found modernism paradigm, conservationist and post-modernist paradigms, all of them described by some urban conditions which are demonstrated by some cities, including Brazilian ones. It is not intention to commit a temporal anachronism, what can be found is a look for urban conditions with specific characters to show how man dealt with his difficulties and inventions.

**Key-words:** territoriality, cities, urban paradigms.

## 1. A CIDADE SEMPRE TEVE DONO

Desde a antiguidade, quando o homem percebeu que morar em conjunto lhe trazia mais vantagens do que viver isoladamente, espaços definidos como cidades têm servido a esse propósito de forma a acomodar as atividades próprias a cada época e civilização, como por exemplo: moradia, segurança, comércio, religiosidade, poder; às vezes todas inseridas num só ambiente formando uma complexa estrutura de relacionamentos; contudo, mesmo sendo uma estrutura caracterizada por uma grande variabilidade e complexidade, os espaços que acomodam tais questões são definidos de acordo com suas funções e de acordo com quem as executa, gerando o que ficou definido como “propriedade” e “proprietário” (dono) da terra.

Desta forma as cidades Mesopotâmicas, as Egípcias, as Gregas, as Romanas, as da Idade Média, do Renascimento e Barroco, todas tinham sua estrutura, ou melhor, sua territorialidade marcada por funções comuns a cada uma dessas civilizações. A Revolução Industrial, com as grandes mudanças inseridas pelas novas condições de trabalho e relacionamento humano provocaram transformações radicais nessa territorialidade, mas uma coisa não mudou deste a Antiguidade: a definição dos espaços urbanos pelo poder destinado ao tipo de morador ou membro dessa sociedade, portanto, se na



Mesopotâmia o rei-caçador era a figura de maior importância, ele deveria ocupar o centro da cidade, uma vez que esse centro significava o poder e a superioridade sobre os demais locais urbanos. Nas demais civilizações, essa atitude de uso e ocupação do território, marcada pela definição do poder, costumava instituir o direito ao “melhor” pedaço do solo.

Hoje, essa definição parece ter atingido um alto grau de complexidade, pois o melhor local pode ser criado materialmente ou virtualmente, uma vez que apareceram novos “atores” que geram processos de alteração nessa estrutura anteriormente definida por antigos paradigmas. Nesse contexto, encontram-se os excluídos que procuram definir novos locais na atual conjuntura dentro da expressão favela versus cidade, a mulher que procura assumir seu papel como personagem igualitária sexualmente, a violência que redefine novos locais de moradia, estar e convívio acarretando os condomínios fechados e novas centralidades decorrentes dos shoppings centers. Pode-se citar ainda: a decadência de bairros centrais ou antigos da cidade, a discussão de sua verdadeira importância para uma requalificação; o marketing urbano como produção de identidade do local; novos atratores urbanos como centros comerciais e administrativos, centros culturais e de entretenimento; o não espaço ou espaço virtual versus o espaço real. Todos a serviço de uma variada, fragmentária e rizomática situação de luta para fabricar seu próprio espaço ou, ao menos, encontrar uma resposta à questão: a quem pertence o espaço urbano? Não se quer incorrer no equívoco anacrônico de comparar uma cidade antiga a uma cidade atual, mas o que se procura é perceber como o território de cada uma foi sendo formado, tirando proveito desse entendimento histórico para conhecer e apreender como os espaços urbanos foram e são transformados, destruídos, reconstruídos, numa constante e significativa materialização das ações humanas em conjuntos edificados portadores das vontades e necessidades humanas. Assim, a seguir, adentra-se em um universo histórico para destacar o ponto-chave da formação da territorialidade em diversas condições e situações, a começar pelas cidades antigas.

As cidades Mesopotâmicas não eram muito grandes e nem possuidoras de uma grande densidade populacional, segundo Leonardo Benévoli (1999, p.31-50). Algumas chegavam, no máximo, a 30 mil habitantes, fato explicado pela atividade humana ser

predominantemente rural e assim permanecer até a Revolução Industrial. As principais cidades conhecidas eram Eridu, Ur, Nínive, Lagash e Babilônia, desta última não se têm nenhuma documentação, entretanto, através dos baixos relevos assírios, os Kudurrus (placas de barro secas ao sol), pode-se ter uma noção de como ocorria o uso e a ocupação do solo urbano.

Numa placa de kudurru (Figura 1), pode-se observar a divisão ou zoneamento da cidade em quadro atividades: serviços, produção de alimentos, comércio, administração; também é possível sugerir que a localização de cada uma dessas atividades seguisse um grau de hierarquia, ou seja, a administração e o comércio no lado leste da cidade e as atividades consideradas mais populares ou simples à oeste. As principais vias e portões eram determinados pelos pontos cardinais. Observa-se a proximidade do rio com a cidade, a cidade murada, e extra-muros, a característica divisão da terra em posses “propriedades” sugerindo a divisão em espaço urbano e espaço rural, as procissões de oferendas ao novo rei-sacerdote. Outro kudurru encontrado mostra a determinação do espaço da cidade tendo o rei ao centro, bem como seu castelo, às vezes o zigurat, e as casas dos membros da corte nas proximidades ou ao redor do castelo do rei.

As cidades egípcias são muito difíceis de serem compreendidas, uma vez que pouco material chegou até os dias atuais, o que se pode supor através de estudos dos egíptólogos é que a sociedade egípcia se fundava numa hierarquia rural familiar e num rei-deus; as cidades eram habitadas por pessoas relacionadas a atividades voltadas para atender esse rei-deus, “o Faraó”, ou seja, as cidades mais “recentes”, como Menfis, por volta de 2500 a.C., mostram que todas as atividades ali desenvolvidas giravam em torno da proposta de construir as máquinas da ressurreição, ou seja, “as pirâmides”. O rio Nilo e suas vazões desempenham papel fundamental na escolha dos locais para esses monumentos e para as cidades que iriam servir a eles. Podem-se definir alguns tipos de cidades: as cidades templos (serviam às pirâmides: construção, manutenção, peregrinação); as cidades comerciais e as cidades portuárias (com o tempo algumas funções foram se misturando como é o caso de Alexandria no período final do Egito Antigo). Uma característica diferente da determinação dos espaços de cidades no Egito é a cidade operária, na qual se verifica uma tipologia determinadora de uma sociedade que será chamada “Corvéia” pelos historiadores do século XX. Tel-el Amarna (Figura 2)

foi uma cidade que existiu por volta de 1370-1350 a.C., havia uma ponte de ligação entre o palácio e a casa do rei, sobre a estrada real, implantação típica de uma cidade administrativa-religiosa (BENEVOLO, 1999, p.51).

As cidades na Grécia antiga produziram conceitos que até os dias atuais se verifica na disposição dos espaços urbanos, como a *paleópole* (cidade velha), a *neápole* (cidade nova), a *acrópole* (cidade alta), a *ágora* (cidade baixa). O grande exemplo grego é Atenas, a cidade monumento, a Acrópole abriga os templos e a Ágora os edifícios públicos (ginásios, casa de banhos, administração e entretenimento como os teatros, a “Prefeitura” e templos de divindades de menor porte) e ao redor desta as habitações mais simples.



Figura 1—Imagem de cidade mesopotâmica em baixo-relevo assírio.  
Fonte: BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 31.

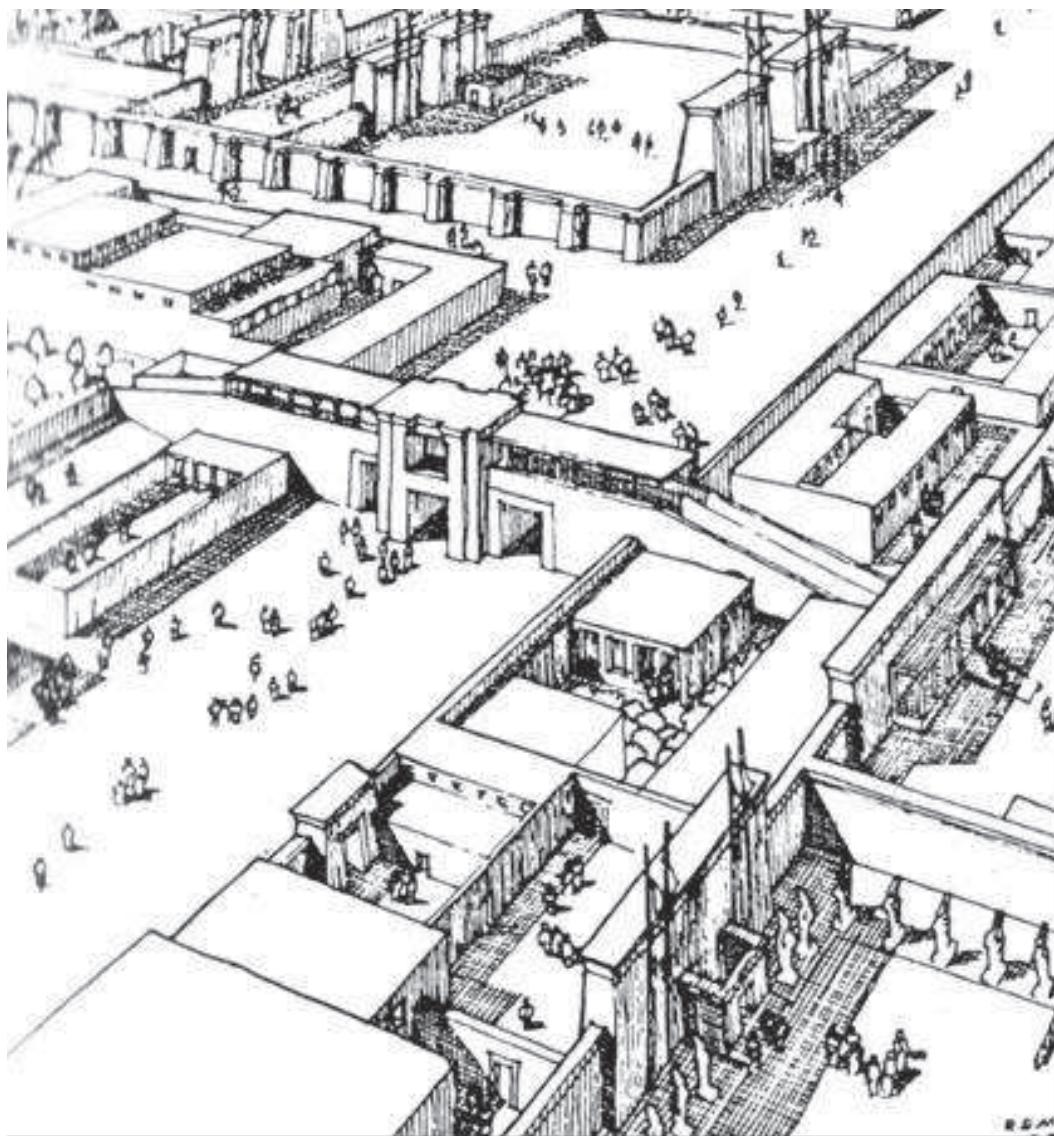


Figura 2 – Tel-el Amarna (1370-1350 a.C.) vista figurativa da ponte de ligação entre o palácio e a casa do rei, sobre a estrada real, implantação típica de uma cidade administrativa-religiosa.

Fonte: BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. p.51.

Na civilização romana, pode-se verificar a existência de uma vida mais pública do que privada, uma vez que as pessoas permanecem mais tempo nos espaços de convivência do que dentro de suas casas. Locais como os anfiteatros e as termas (Coliseu, Circus Máximus, Caracalla) são exemplos marcantes de uma sociedade cuja territorialidade aparentemente é heterogênea. Mas, na realidade, é em Roma que ocorre a determinação dos espaços urbanos, definindo o que é dos ricos e o que é da “plebe”, apesar desta cidade ser politicamente dotada de uma auto-afirmação de que era feita para e pelo povo. Desta forma, eram bem definidos os espaços das

residências do pobre e do rico: as Insulas e as Domus, respectivamente, bem como os espaços próprios a cada um e a cada atividade. As Insulas eram ocupadas por toda a variedade de atividades, comércios, habitações, serviços, estábulos, etc. e caracterizavam a maior parte do uso e ocupação do território urbano. As Domus possuíam entre outras questões banheiros, esgotamento sanitário e abastecimento de água. Já os mercados eram construções em forma de arcaz, normalmente com térreo e pavimento superior e pátio central, as barracas se amontoavam por todos os locais, o térreo acomodava comércio e o superior escritórios (*scriptorias*), era o local de todos.

O traçado ortogonal da cidade romana básica (Figura 3) é definido por um controle militar acentuado, a setorização predomina, a administração ao centro, juntamente com o mercado, o lazer nas extremidades e as insulas permeando por todos os locais, os comerciantes mais abastados tinham casas melhores, que não podiam ser consideradas Domus, pois as verdadeiras propriedades dos mais abastados ficavam no campo ou em cidades específicas como Herculano e Pompéia. Em Roma, pela dimensão adquirida da cidade (1.250.000 mil habitantes por volta de 150 d.C.) encontrávamos casas caracterizadas como Domus (MACAULAY, 1989, p. 14). Os quarteirões característicos de uma cidade romana eram formados por casas particulares, oficinas, lojas e uma variedade de atividades denotadoras de uma vida mais pública do que privada.

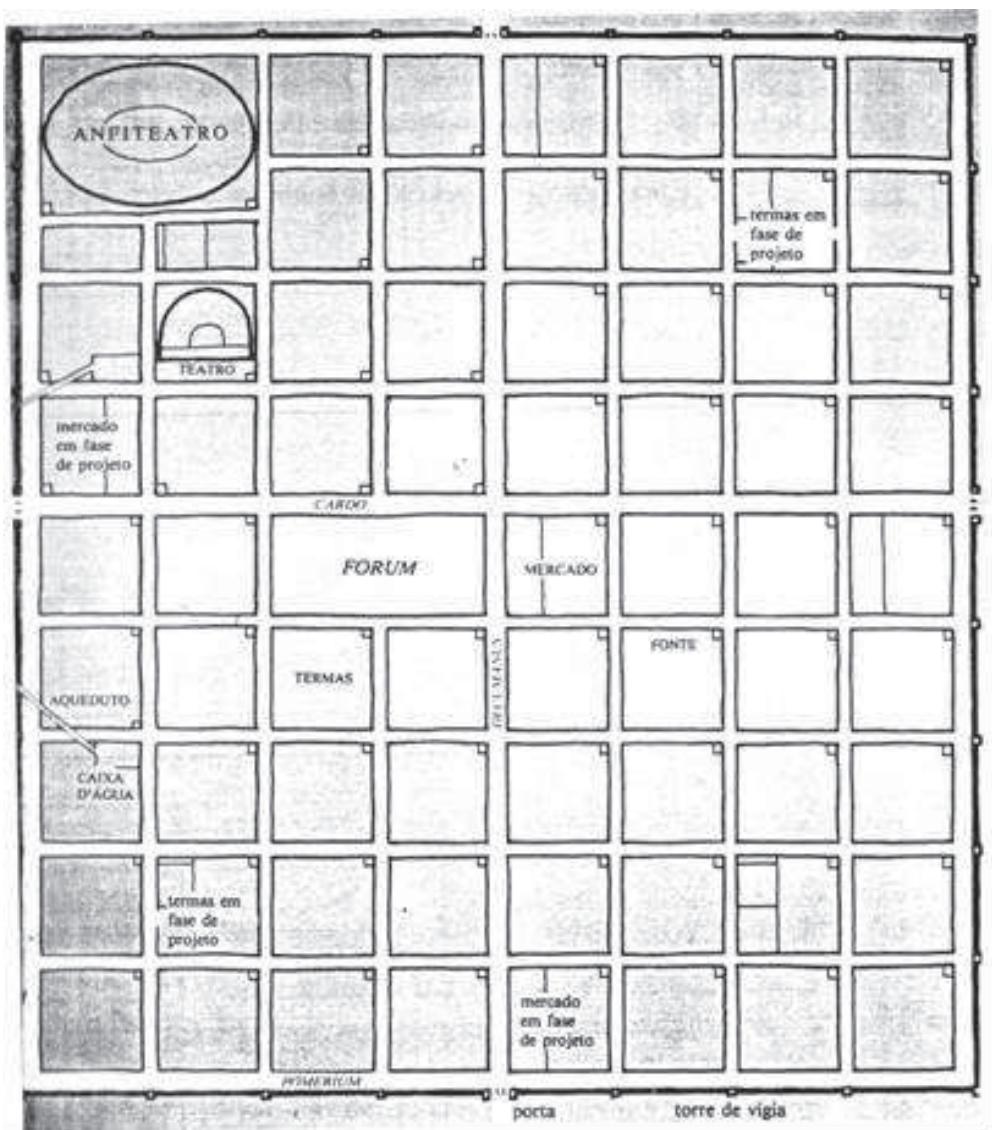


Figura 3 – Planta básica de uma cidade romana.

Fonte: MACAULAY, David. *Construção de uma Cidade Romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 12.

Com a “Queda” do Império Romano Ocidental, as cidades sofreram uma grande transformação nos seus espaços físicos, a longa duração do medievo introduz duas tipologias bem definidas de cidades: a) Cidades da Alta Idade Média: com características defensivas, pequenas densidades demográficas, o senhor feudal e a igreja como centralizadores do uso e ocupação do território, atividades rurais e urbanas se confundem, falta de comunicação entre as cidades; traduzindo a ocupação e uso das “melhores” terras ao senhor feudal em uma sociedade basicamente rural; b) Cidades da Baixa Idade Média: reconstituição de seus espaços com a recuperação de atividades comerciais, tendo as corporações de ofício um novo

papel de disputa da região central da cidade com a Igreja e com o Estado (monarquia) provocando o retorno gradual de uma maior complexidade de atividades urbanas.

Segundo Leonardo Benévolo (1999, p.255), era comum as cidades medievais serem implantadas aproveitando as antigas edificações romanas, como fortificações, castelos e basílicas, assim como também aproveitavam as cumeadas de elevações para serem implantadas, garantindo locais de defensivos favoráveis. Uma das características da cidade medieval era a ocupação de sua área central pela representação do poder da Igreja, de qualquer local podia-se avistar a torre de uma Igreja, aos cidadãos era a representação simbólica da segurança divina, bem como aos que se aventuravam nas viagens pelos campos do medievo, avistar a torre de uma Igreja significava um prato de sopa quente e um catre para repousar a noite. As cidades novas fundadas na França são chamadas de Bastides, na Espanha são as Poblaciones, mas nenhuma cidade, fosse nova ou antiga, durante a Idade Média, atingiu densidades demográficas superiores a 300 mil habitantes. As cidades de maior importância no Medievo foram: Milão, Paris, Veneza, Florença, Gand, Bruges, Siena, Palermo e Córdova. As mais importantes da Baixa Idade Média foram: Florença, Bolonha, Veneza, Nuremberg e Bruges.

No final da Idade Média, cada cidade é dividida em bairros, que têm sua fisionomia individual, seus símbolos e muitas vezes também sua organização política. Florença é um excelente exemplo de como a cidade vai sendo ocupada em círculos a partir da Igreja central, sendo ela considerada como o principal poder. As corporações de ofício iriam se localizar em locais específicos das áreas urbanas, ou seja, nos locais que ofereciam os melhores recursos, como por exemplo, próximo aos rios, cais e grandes populações, normalmente localizadas na área central das cidades. Os mercados e as praças continuaram sendo os locais em que todos se encontravam, padres, bispos, comerciantes, reis, soldados e prostitutas.

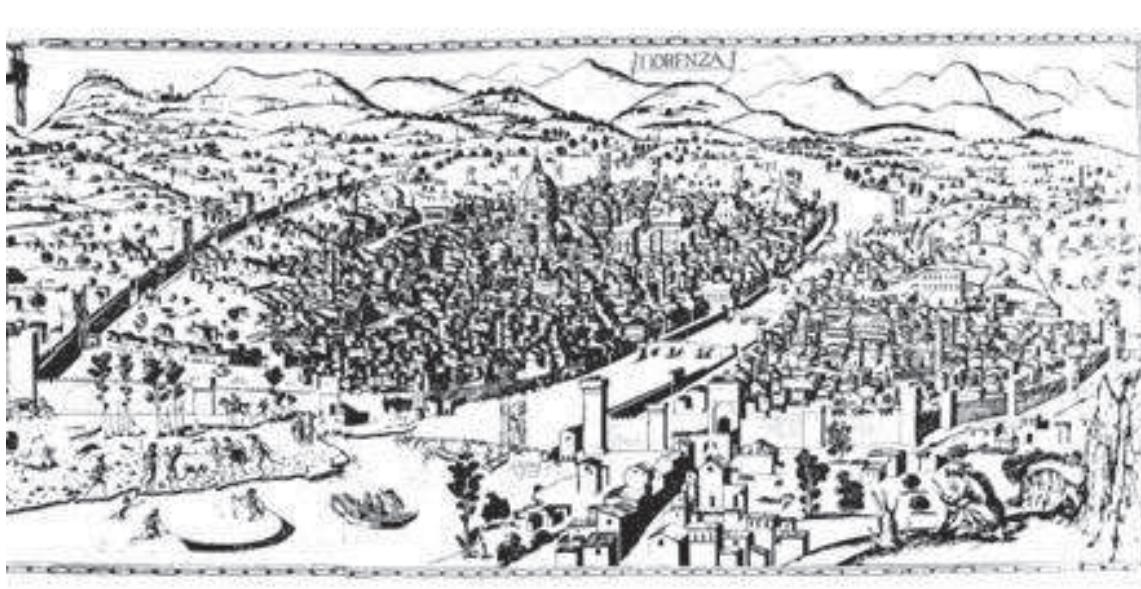


Figura 4 - Vista de Florença e a catedral – com a abóbada de Brunelleschi – que ocupa o centro da figura.

Fonte: BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 268.

Apesar de o período do Renascimento ter sido um marco para a Arquitetura e para várias outras atividades humanas, a questão urbana não atingiu condições de mudanças na cidade como um todo, uma vez que os arquitetos intervieram no território da cidade medieval já formada, ou seja, na maioria dos casos, os projetos mostravam-se desproporcionais e irrealizáveis. As cidades do Renascimento continuam tendo uma disputa da área central entre a Igreja, o Estado (agora na figura da burguesia) e as corporações de ofício, enquanto que as casas dos pobres cada vez mais ficavam localizadas nos extremos da cidade, mas tudo numa grande heterogeneidade de co-existência, a praça e o mercado continuam sendo os espaços de maior possibilidade de encontros entre as categorias sociais. Na prática, ocorre a necessidade de acrescentar novos bairros à cidade medieval, planificados conforme as regras da nova Arquitetura, como no caso da cidade de Ferrara, a qual o tecido emaranhado da cidade começa a ser cortado retilinamente e de forma regular.

Entre as diferenças de ocupação e uso do território entre a cidade medieval e a renascentista está a cidade extra-muros, ou seja, o rompimento gradual da contenção da área física da cidade imposta pela defesa das muralhas; evidentemente essa condição deve-se entre outras ao crescimento populacional ocorrido a partir da introdução das corporações de ofício no meio urbano e do incremento das

atividades comerciais em decorrência da abertura do mediterrâneo e rotas com o oriente e, as grandes navegações com a “descoberta” de novos continentes, todos esses aspectos inseridos no aprimoramento de técnicas e de novos conhecimentos científicos.

Entre as questões que norteiam o uso e ocupação do território no período Barroco estão: a ampliação da antiga cidade medieval através de planos reguladores, a reorganização de ruas e instalações, como aquedutos e esgotamento, abertura de praças e construção ou reformas tornando as casas mais regulares; um dos mais graves problemas é a elevação da densidade populacional, como no caso de Paris, que passa a ter no século XVII aproximadamente 400 mil habitantes. Outras mudanças estão condicionadas a inserção de alguns monumentos arquitetônicos, como a reforma do Louvre em Paris, a formação de novas periferias que se misturam e são descontínuas com relação ao campo e a cidade, formando o que podemos considerar como os primeiros vazios urbanos. Até 1609, aproximadamente, a cidade de Paris ainda estava fechada por muros medievais, mas no final do século XVII, a cidade já havia se expandido para além muros, numa acelerada periferização

A cidade de Londres, a partir do século XVII, cresce como uma cidade aberta, e ao redor da *city* forma-se uma coroa de subúrbios, que seguem o traçado das ruas do campo, uma periferia gigantesca e desconcertante, Daniel Defoe, em 1726, considera-a uma “cidade monstruosa” (BENEVOLO, 1999, p.547). Londres é a primeira grande cidade na qual a forma urbana não depende mais das grandes intervenções do governo, as ruas estreitas e irregulares já se apresentam congestionadas por um tráfego enorme de pedestres e de carros (charretes), a cidade será acometida por uma explosão de problemas a partir da Revolução Industrial. Toda a zona central, grande parte da *city* e metade da periferia ocidental foi destruída no incêndio de 1666; foi a ocasião para reconstruir a capital, mas as autoridades inglesas não tiveram meios para esta empreitada. O crescimento de Londres, naquela época, não foi dirigido por nenhum plano. (Figura 5).

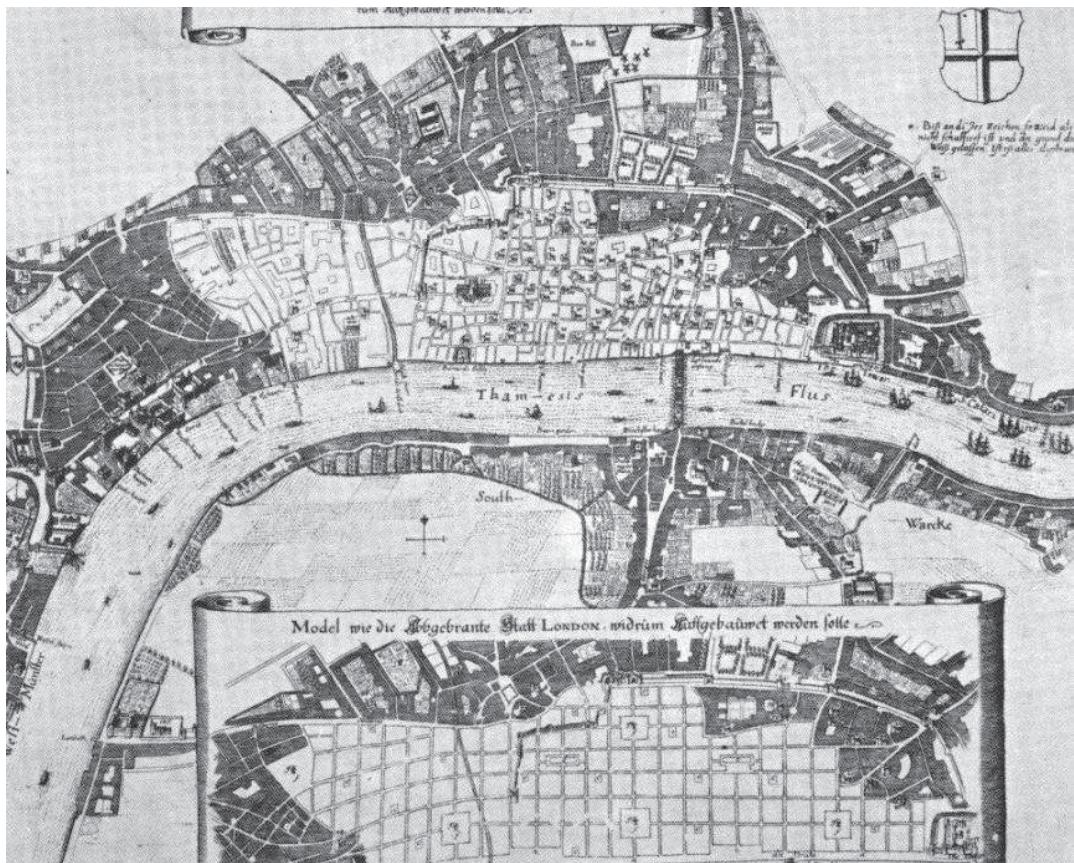


Figura 5 – Planta de Londres com a indicação da área destruída pelo incêndio de 1666 e o plano de reconstrução proposto por Robert Hooke. BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 543.

## 2. O USO E OCUPAÇÃO TERRITORIAIS A PARTIR DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: OS PARADIGMAS HIGIENISTA E DO EMBELEZAMENTO; MODERNISTA; CONSERVACIONISTA E “PÓS-MODERNISTA”.

O uso e a ocupação territoriais são alterados profundamente com a Revolução Industrial: pelo o aumento populacional, devido à diminuição da mortalidade; aumento de bens e serviços produzidos pela agricultura, indústria e setor terciário; redistribuição dos habitantes no território, concentração de atividades ao redor da cidade e dentro da cidade pelo fluxo migratório; estes são alguns dos ingredientes de transformação do espaço urbano. Por exemplo, Manchester, que em 1760 tinha 12 mil habitantes, alcança 400 mil; Londres de um milhão vai para a casa de dois milhões de habitantes e se torna, naquela época, a cidade mais populosa. Esses aspectos iniciam os chamados paradigmas de transformação urbana,

determinados pelo higienismo e embelezamento, modernismo, conservacionismo e desenvolvimentismo.

Também o desenvolvimento dos meios de comunicação, a rapidez das transformações impostas pelas novas possibilidades tecnológicas, a desvalorização de formas tradicionais de pensar o ambiente construído, somados aos aspectos descritos anteriormente, provocaram efeitos muito prejudiciais ao espaço urbano, numa paradoxal existência de benefícios ideais versus malefícios reais. A partir destas questões inúmeros mecanismos de intervenções são realizados no espaço territorial urbano e rural. O elemento do meio-físico de domínio da paisagem é o rio, na cidade anterior a Revolução Industrial exercia o papel de provedor de água para a população, transporte e escoamento das águas servidas, com a Revolução Industrial, além da intensificação dessas tarefas, passaram a ser esgoto a céu aberto, conforme as descrições de Dickens e Victor Hugo em seus romances. Também a paisagem urbana sofreu alterações, uma vez que o domínio do espaço de forma artificial começa a sobrepujar a dificuldade imposta pelo meio natural (substituição da torre das igrejas pelas chaminés das fábricas) e o grande adensamento populacional é um dos principais condicionantes de alteração do uso e utilização das cidades, trazendo junto de si, problemas habitacionais, sanitários, econômicos, sociais e políticos.

As estradas de ferro trouxeram desenvolvimento e ligaram as cidades de forma a proporcionar idas e vindas, a população migrou aceleradamente para as cidades, tornando-as insuportáveis, uma vez que, entre outras questões o meio-físico passou a ser mero coadjuvante na implantação dos projetos urbanos. As cidades começaram a apresentar planos de saneamento de seu espaço, talvez o mais famoso tenha sido o de Haussmann em Paris, observar como a cidade é cortada de um lado ao outro através de um eixo retilíneo, nunca mais a paisagem urbana seria a mesma, eram os ares do progresso. O Paradigma higienista e do embelezamento tem no Plano de Haussmann o maior exemplo de alteração do uso e ocupação do espaço urbano, mas além dessa conhecida intervenção, as condições subumanas das cidades ensejam a necessidade de ações que se objetivam na construção de casas operárias e respectivamente nas aldeias operárias, no metro, e nas pequenas vilas destinadas as classes abastadas, além de alterações na estrutura viária com a abertura de

inúmeras avenidas destinadas ao controle e organização da população (BENEVOLO, 1999, p.595).

A partir dos anos de 1920 e no pós-guerra, um novo paradigma incorpora conceitos e objetivos racional/funcionalista às ações governamentais. O positivismo dominava a noção de desenvolvimento e as novas técnicas e o progresso industrial deveriam viabilizar e melhorar as condições de moradia. Os Congressos de Arquitetura Moderna (Carta de Atenas de 1933), o modelo de casa como máquina de morar se uniu a cidade ideal e suas cinco funções, destacam-se como teorias que influenciaram o uso e ocupação territoriais as operações cirúrgicas de renovação dos antigos espaços urbanos e idéias como a *Ville Radieuse* e a *Cité Contemporaine*. A Classe Média buscava os subúrbios, ocorria a demolição de áreas deterioradas da cidade e era dada uma exacerbada importância para a engenharia viária e o transporte individual, as soluções técnico-científicas se colocavam como soluções físicas dentro de uma ideologia tecnocrática. Outro aspecto a ser citado é a expulsão dos antigos moradores dos locais considerados degradados, ou seja, os quarteirões históricos da cidade.

No Brasil, o paradigma modernista introduziu vários conceitos de uso e ocupação territoriais, entre os quais ações de intervenções nas principais cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo (Figura 6), Salvador, Recife e, conceitos de zoneamento de funções nas cidades planejadas como Goiânia, Brasília e Palmas. A periferização nas cidades brasileiras foi um dos fenômenos mais intensos desse paradigma.

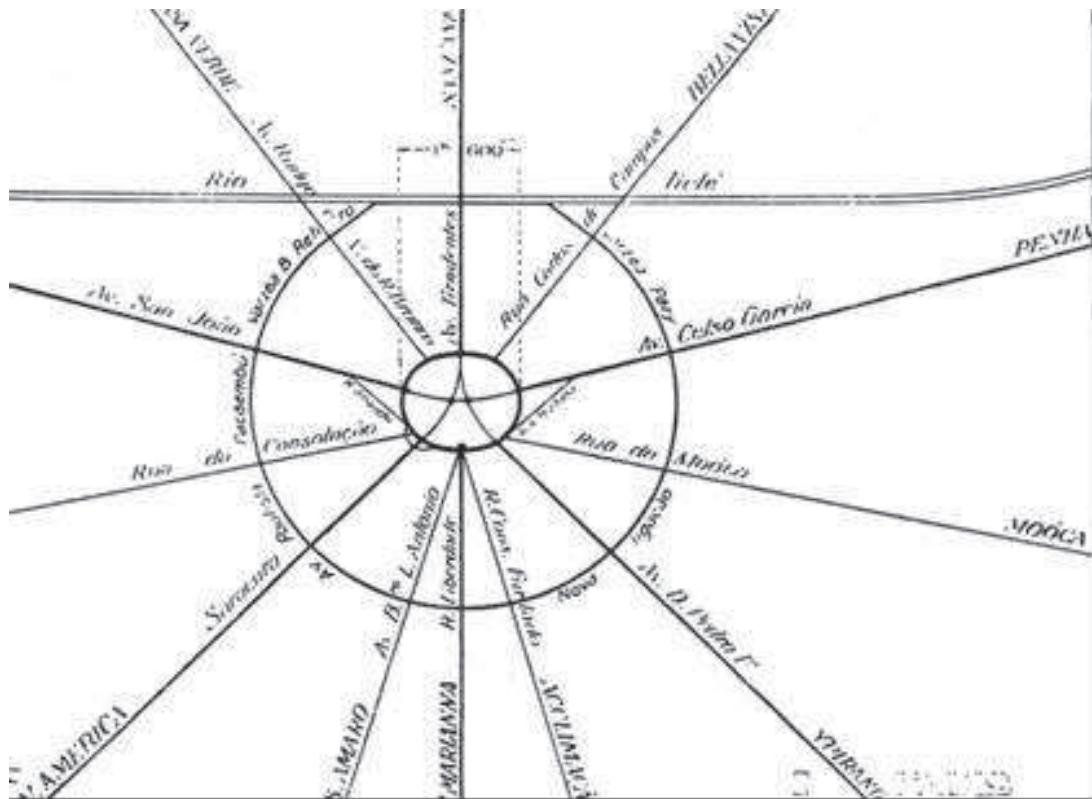


Figura 6 – Esquema teórico de São Paulo. MAIA, Francisco Prestes. *Estudo de um plano de avenidas*. São Paulo: Melhoramentos, 1930. in *Urbanismo no Brasil*. [coord] Maria Cristina da Silva Leme. São Paulo: Nobel, 1999. p. 393.

Um dos resultados imposto pelo modernismo foi a era do conservacionismo nos países do primeiro mundo, quando tudo era motivo de preservação e a ação política, muitas vezes radical, garantia os tombamentos, áreas históricas, relatórios de impacto ambiental, controle da poluição. Ocorreu uma crescente busca de identidade e o fortalecimento de bases culturais e da indústria do turismo, sacralizando lugares e edificações. Todos os países europeus viveram intensamente este paradigma; no Brasil, esse conservacionismo começava a atuar nas cidades a partir da década de 1970, mas só intensificou-se nos anos 80 e 90. Com relação ao uso e ocupação territoriais, o paradigma conservacionista imprimia uma volta aos antigos locais centrais ou áreas históricas da cidade, o que se denominou de “reterritorialização”, em propostas como bairros residenciais, uma vez que esta era a função da maioria destes locais urbanos, antes do paradigma modernista.

Os centros históricos sempre foram apontados como os locais urbanos de maior crise nas cidades Italianas. A ocorrência de uma grande especulação imobiliária no pós-guerra impôs um plano de

intervenção político-administrativo propondo a revitalização do tecido urbano de Bologna que ficou conhecido com o conceito de “*risanamento*” e influenciou as intervenções preservacionistas por todo o mundo. O conceito de *risanamento* procura encontrar caminhos para lidar com o Centro Histórico com o retorno de funções próprias ou originais do local, como habitação, comércio, encontros, aliados há utilizações modernas. O Plano de Bologna foi aprovado em 1969 e iniciado em 1971; parte de um inventário das edificações, os pontos de simbolismo histórico da cidade foram utilizados.

No Brasil o paradigma conservacionista está atrelado à proposta de requalificações urbanas, na qual as antigas edificações são restauradas para a finalidade de novas habitações, centros comerciais, entretenimento, e outras atividades que venham a alavancar o local, de modo a provocar a identidade e memória das populações e sua participação na tomadas das decisões, bem como motivar atividades turísticas e comerciais. Os exemplos mais significativos são: o Pelourinho em Salvador, o Porto de Belém, o bairro de Santo Antonio em Recife, o Corredor Cultural no Rio de Janeiro e áreas históricas no Centro de São Paulo.

Em 1991, o Centro Histórico de Salvador, era composto por ruas totalmente degradadas e quase abandonadas. A existência de uma grande quantidade de ruínas, lixo, condições subumanas impediam a preservação do patrimônio histórico. Objetivos: Dotar o Centro Histórico, através da ativação do ciclo econômico; promover a recuperação e restauração física da área; criar condições de desenvolvimento do potencial produtivo e da organização social da área (*Centro Histórico de Salvador: Programa de Recuperação*. Salvador: IPAC, 1995). A obra da Estação das Docas na cidade de Belem, de acordo com seus autores, “abre uma janela” para as águas da baía do Guajará. O lema do projeto era “antes adaptar do que intervir”, o local tornou-se uma espécie de parque temático com três galpões: Bulevar das Artes; Bulevar da Gastronomia; Bulevar da Cultura.

O novo contexto, a partir de 1980 fez com que as administrações municipais passassem a reconhecer que os antigos locais deveriam ser recuperados, mas também, fez aquecer práticas gerais presentes nos paradigmas anteriores voltados para o planejamento urbano e paisagístico, desta forma, ocorre à intensificação de políticas na qual os atratores (antigos bairros, etnografias, imaterialidade, turismo, globalização, marketing urbano,

sustentabilidade) tornam-se os enfoques principais do uso e ocupação territoriais, com atuações mais pontuais do que sobre todo o contexto urbano.

A cidade de Dallas ilustra o problema identificado por Jane Jacobs em seu livro *Vida e Morte das Grandes cidades americanas* (POWELL, 2000, p.28), como um bairro de negócios hiper desenvolvido, recheado de vivendas para os pobres formando uma barreira entre a cidade e o subúrbio. A zona central da cidade, ou Distrito Histórico, com edificações como um mercado central, se encontra separada do resto da cidade por estrada de ferro e autopistas, contudo, o projeto pretende dar mais unidade a cidade, prevendo oficinas, residências, comércios, hotel e locais de entretenimento, sendo influenciado pelo paradigma pós-moderno na tipologia das edificações e sua hierarquização e pela apaixonada convicção de que a rua tradicional é a base da vida da cidade e uma forma de reduzir a fragmentação da cidade.

Como as demais cidades americanas, Seattle sofre com a decadência urbana deste os anos 50. Grande parte da recuperação de Seattle se deve a colaboração entre a administração pública e a iniciativa privada. O Prefeito Paul Schell (eleito em 1997) defende o renascimento do centro da cidade e a limitação do crescimento suburbano. A forma da guitarra desconstruída de Gehry, patrocinada por Paul Allen (aliado da Microsoft) é a ancora do projeto (indústria cultural). A estação de *King Street* de 1906, com sua monumental torre, se converte em parte de um sistema de transporte público importante como elemento de campanha de requalificação do centro de Seattle. A cidade nunca teve, como outras cidades americanas, importantes monumentos, assim construiu-se o Museu de Arte, projeto do famoso arquiteto Robert Venturi, a corte de Justiça, e a Biblioteca Central ambos do renomado arquiteto Rem Koolhas. O projeto de Seattle busca, de forma geral, reunir um pouco de cada um dos paradigmas anteriores, ou seja, busca o embelezamento da cidade, novas questões de inovação através de novas construções e tecnologias, conservação de locais e edificações de importância na história da cidade, construção de identidade e simbologias com a implantação de edificações que possam se tornar marcos únicos na arquitetura mundial e adquirir junto à população local o status de pertencimento. Todas as ações e edificações convidam a população a participar de

seus espaços, ou seja, são espaços de convivência. (POWELL, 2000, p. 30-37).

A Lisboa Moderna tem suas origens no terremoto de 1755, o Bairro do Chiado, considerado a alma do povo português, foi palco de um projeto de recuperação (1988-2000) idealizado pelo arquiteto Álvaro Siza. O Bairro do Chiado é o antigo coração da cidade de Lisboa, até 1988 estava em franca decadência, diminuição da população residente, e declive comercial, convertendo o local em estado de miséria. Nesta mesma época o local foi acometido de um grande incêndio, que apesar de catastrófico, possibilitou a abertura do caminho para uma operação urbanística radical. A estabilização das fachadas históricas foi derivada de intenso estudo e busca de manutenção das suas características, além do compromisso da urbanização com o uso misto do solo urbano (POWELL, 2000, p. 80-87).

### **3. DA GLOBALIZAÇÃO À SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES: DA OCUPAÇÃO REAL À OCUPAÇÃO VIRTUAL – “O BOM E O MAU”.**

A tentativa de construir um único mundo sempre conduziu a conflitos, uma vez que uma coisa é um sistema de relações em benefício do maior número de pessoas, outra coisa é um sistema de relações hierárquicas, construído para perpetuar a dominação de uns sobre os outros, no qual a maior dimensão é o mercado. O uso e a ocupação territoriais enfrentam esse paradigma, o global produz locais de falsidades e de enganos através de um marketing urbano “mal” empregado ou empregado de forma antiética, ao mesmo tempo em que define a busca de uma homogeneidade, fragmentando e excluindo camadas sociais não convidadas a esta globalização (SANTOS, SOUZA, SILVEIRA, 1994).

Um dos maiores exemplos dessa configuração territorial atual são as favelas, os condomínios fechados, os shoppings centers, os catalizadores e atratores urbanos da cidade espetáculo (GARCIA, 1997). Esses espaços, propriedades de poucos, e sedutoramente a esperança de muitos, acendem os conflitos de relacionamento que então norteiam os atuais usos e ocupações dos espaços, formando por sua vez máquinas de guerra (DELEUZE, GUATTARI, 1996) que ao se defender contra-atacam as sociedades aparentemente organizadas e supridas por esses paradigmas. Não existe mais apenas os ricos e



pobres, existem espaços de batalhas, como as avenidas que cruzam as favelas da cidade do Rio de Janeiro, as proximidades dos campos de futebol, e as balas perdidas vindas do alto dos morros que ziguezagueam até atingir um alvo no condomínio luxuoso na encosta deste mesmo morro (Figura 7). A idéia central das intervenções consiste em ligar o tecido urbano às favelas (de acordo com o projeto de urbanização apresentado pelo Arquiteto Jorge Mário Jaúregui), para isso são criados pólos de atração dentro das áreas transformadas, segundo o autor a intenção é “*introduzir uma semente de urbanidade no coração da comunidade, capaz de contaminar positivamente o tecido urbano e social*”. Os pólos são creches, postos de saúde, centros culturais, profissionalizantes, núcleos de apoio a atividades esportivas e de lazer. Também inclui a execução dos serviços básicos como água, esgoto, vias de circulação e serviços públicos.



Figura 7 – Vista aérea da favela do Vidigal. Rio de Janeiro, Brasil.  
Fonte: *Revista Projeto Design*. São Paulo: ARCO, Janeiro, 2000, p.43.  
número 239.

Junto a essa globalização associou-se a noção de sustentabilidade e a idéia de cidade-sustentável, paradigma “bom e mau”, uma vez que se assenta sobre a discussão para tanto da racionalidade ecoenergética, do equilíbrio metabólico (representações técnico-materiais da cidade); do modelo de pureza, do modelo de cidadania e do modelo do patrimônio (a cidade como espaço da

qualidade de vida); do modelo da eficiência e do modelo da equidade (reconstituição da legitimidade das políticas urbanas) (ACSELRAD, 1999).

O paradigma das *Global Cities* representa a apropriação de alguns ideais oriundos do debate da geografia econômica concernentes ao novo papel das cidades no quadro de reestruturação produtiva e da globalização. A expressão *Global Cities* foi cunhada por Saskia Sassen (COMPANS, 1999), para designar os pontos nodais dos fluxos financeiros e sítios de produção dispersos, materializado pelas cidades de New York, Londres e Tóquio. Dificilmente as cidades dos países do terceiro mundo terão alguma chance de se tornarem parte desse paradigma. Pode-se considerar que esses paradigmas mais atuais somados aos anteriores materializam o uso e a ocupação territoriais na maioria das cidades do mundo.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao retratar a trajetória da história da civilização, buscou-se material para reflexão de como o espaço urbano foi sendo moldado considerando a materialização das relações humanas baseada em adaptações, reconstruções, reorganizações e reutilizações, e mais especificamente no que se denominou de “apoderar-se” do espaço. Aparentemente, a história urbana nos passa que as cidades da Antiguidade tinham esse “apoderar” claramente definido por uma complexidade menor de relacionamentos, entretanto, acredita-se que muito da fragmentariedade e rizomatissidade existentes nas relações dos espaços atuais podiam ser encontrados naqueles exemplos mais distantes, respeitando é claro a densidade demográfica e obviamente todas as questões anacrônicas que se apresentem nas áreas de estudos correlatos.

O que essa reflexão permite considerar é que esse fenômeno de apropriação dos espaços possui, em cada momento, um fator específico, embora isso seja pontuado sempre por uma espécie de batalha por se tornar dono de algo chamado território. Essa disputa pelos espaços das cidades, que no passado parecia ter regras claras, acaba tomando novos rumos a partir da industrialização, sendo pulverizada em minúsculas relações que se materializam no que os urbanistas denominam hoje de intervenções pontuais urbanas. Contudo, a maior reflexão vai ao encontro da pergunta: *será que foi*

*perdido o fio da meada sobre o entendimento dos espaços urbanos e seus relacionamentos quando se trata da formação e/ou adaptação de uma cidade a novos usos?* Buscando contribuir com a busca de respostas, esse artigo, recordando a história urbana, acaba propondo o reconhecimento de que *a cidade sempre teve dono* e esse fato, mesmo assinalado por diversas áreas do conhecimento como exaustivamente estudado, tem passado por muitas vezes despercebido.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ACSELRAD, Henry. *Discursos da Sustentabilidade Urbana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Campinas: ANPUR/UNICAMP, maio de 1999. Número 1. p. 87.
- BENEVOLO, Leonardo. ***História da Cidade***. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR: ***Programa de Recuperação***. Salvador: IPAC, 1995.
- COMPANS, Rose. *O paradigma das Global Cities nas Estratégias de desenvolvimento local. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Campinas: ANPUR/UNICAMP, maio de 1999. Número 1. p. 91.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. ***O que é a Filosofia***. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- GARCIA, F. Ester Sánchez. ***Curitiba- Cidade Espetáculo: política, planejamento e citymarketing***. Curitiba: Palavra, 1997.
- MACAULAY, David. ***Construção de uma Cidade Romana***. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- POWELL, Kenneth. ***La transformación de la ciudad***. Barcelona: BLUME, 2000.
- Revista Projeto Design*. São Paulo: ARCO, Janeiro, 2000, número 239.
- SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SILVEIRA, Maria Laura (org.). ***Território: globalização e fragmentação***. São Paulo: Hucitec, 1994.
- URBANISMO no Brasil. [coord.] Maria Cristina da Silva Leme. São Paulo: Nobel, 1999.